

SUPLEMENTAÇÃO

Câmara vota hoje projeto para abertura de crédito de R\$ 2 milhões

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

A Câmara Municipal de Tangará da Serra deve apreciar e votar na sessão ordinária desta terça-feira, 1º de abril, o Projeto de Lei Ordinária nº 031/2014, que dispõe sobre alteração de metas físicas e financeiras no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.004.500,00, destinado a custear despesas da Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo o Município, a aprovação do

referido projeto pelos parlamentares para o gerenciamento orçamentário é necessária para que as obras de reforma e ampliação da Unidade Mista de Saúde e de construção do Centro Cirúrgico sejam realizadas com recursos próprios. Após apreciação, caso aprovada, o Executivo iniciará o processo de licitação ou dispensa.

Porém, bem mais que votar o projeto que pode mudar o cenário da saúde pública local, a sessão de hoje terá ainda que conviver com a ‘pressão’ da manifestação #ForaFábio, marcada para acontecer em frente a Câmara Municipal, a partir das 14h. “Estamos tran-

quilos e não vamos ser omissos ou mesmo ceder por pressão”, disse o presidente da Câmara de Tangará, vereador Weliton Duarte, que afirmou ainda que medidas para manter a segurança e a ordem já foram tomadas. “Toda a manifestação é bem vinda, desde que de forma ordeira, sem vandalismo e quebra do patrimônio público”.

Ainda de acordo com o vereador, caso o protesto ocorra de fato, os participantes podem se manifestar da forma que entenderem somente do lado de fora. “Os manifestantes pode até acompanhar a sessão, mas não podem se manifestar”, finaliza.



A aprovação do projeto é necessária para que as obras da UMS sejam realizadas com recursos próprios

PARALISAÇÕES

Servidores públicos revindicam salários e condições de trabalho

>> **Stéfani de Castro**
Redação DS

Mais uma paralisação dos servidores municipais foi registrada. Depois dos servidores da Sinfra terem paralisado um dia inteiro de trabalho (dia 17 passado) para protestar contra o corte da insalubridade para profissionais que trabalham no sol, desta vez foram os servidores da saúde, técnicos e enfermeiros do Hospital Municipal (Materdei) que fizeram um hora de paralisação em protesto aos cortes em seus holerites.

Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra, José Antônio Garcia Neto, “os servidores ficaram revoltados pois seus salários sofreram um corte muito grande, devido à medida do chefe do Executivo de cortar as horas extras trabalhadas, sem justificativa nenhuma”, conta Neto, afirmando ainda que o Executivo teria ‘proibido’ os servidores a fazerem horas extras.

O presidente do sindicato justifica: “porque eles se revoltam? O servidores já estavam trabalhando no limite, pelas péssimas condições, sendo xingados, maltratados por alguns populares que



Neto: “O servidor não tem mais medo de perder um dia ou a semana na greve”

estão aguardando atendimento”. Ele ainda conta que segundo informações repassadas a ele por funcionários do próprio hospital, para que todos os funcionários trabalhassem sem fazer horas extras, seriam necessários aproximadamente 75 servidores (técnicos de enfermagem) e 18 médicos, para trabalhar na Unidade Mista sem fazer hora extra”.

Questionado sobre o ponto biométrico que não estaria registrando as horas trabalhadas pelos servidores, por estar quebrado, Neto afirma que o ponto realmente estaria estragado

há dias. “Porém há o registro escrito no cartão ponto, o qual a Rita, que é a chefe, aprovou. Então essa questão do registro de horas do pessoal foi dentro da legalidade, ao contrário do que diz o prefeito, que alega que os registros não teriam chegado lá, ou que não estariam de acordo. A coordenadora do hospital me relatou que foi tudo ‘redondinho’ para o pagamento dessas horas extras, dos plantões”.

Para resolver se irão deflagrar greve ou não, o presidente do sindicato afirma que já tem uma data para realizar

a Assembleia, com os servidores. “Amanhã cedo [hoje, 1º de abril] estarei distribuindo ofício circular convidando o servidor para Assembleia Geral, que é inclusive uma exigência do próprio servidor. Não sou eu que estou pedindo esta Assembleia, eu como presidente do sindicato só cumprio as reivindicações dos servidores da saúde, da educação, do transporte escolar e da Sinfra que estão pedindo essa Assembleia”, disse, afirmando ainda que esses servidores não tem mais medo de cortes no salário por conta da greve.

EXECUTIVO

Prefeito diz que nesta gestão não haverão irregularidades

>> **Stéfani de Castro**
Redação DS

Procurado para esclarecer os cortes nas folhas de pagamentos dos técnicos de enfermagem e enfermeiros do Hospital Municipal, o prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB) afirmou que já na última sexta-feira havia sido informado de que não haviam conseguido fechar a folha de pagamento de alguns servidores, em virtude de que os registros do ponto tinham algumas incorreções. “Foi solicitado pelo Departamento de Pessoal que a Secretaria de Saúde enviasse as correções desses erros”, disse o prefeito, ao explicar então que, como não haveria tempo hábil para fazer a correção em folha, já que é costume pagar os servidores na última sexta-feira do mês (e uma vez que os pontos manuais não chegaram a tempo), o chefe do Executivo tangaraense mandou que pagassem o que havia comprovado em folha, e que posteriormente, depois de acertadas as horas que o ponto não teria registrado, fosse rodado uma folha ‘complementar’ com a diferença dos holerites. O prefeito afirmou ainda que foi anunciado o pagamento



em folha complementar nesta semana, “com as correções que realmente estão corretas”.

Ainda sobre as horas extras, Junqueira enfatizou que estas não são para agregar valor ao salário base. “Não estamos dizendo que os servidores não trabalharam, pois eles trabalham. Porém, a hora extra tratada como regra não atende os princípios de economicidade e de razoabilidade. Autorizei hoje [segunda-feira, 31 de março] a contratação de pessoal suficiente para suprir os serviços de forma a chamar novas pessoas aprovadas em testes seletivos, para que não tenhamos mais essa situação.(...) Não se chama pessoal para não gastar, mas se gasta muito mais em horas extras para não se chamar pessoal”, finaliza o prefeito.